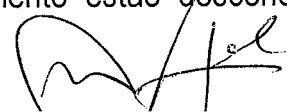
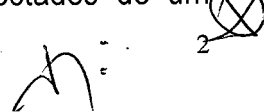
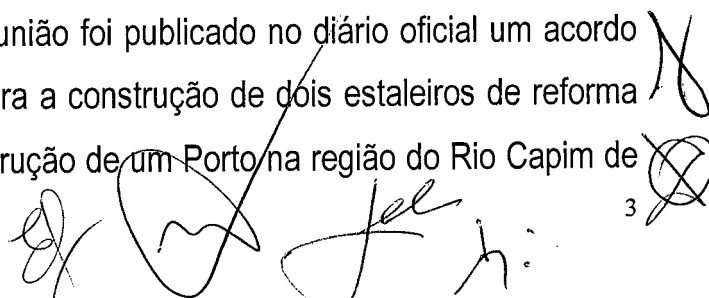


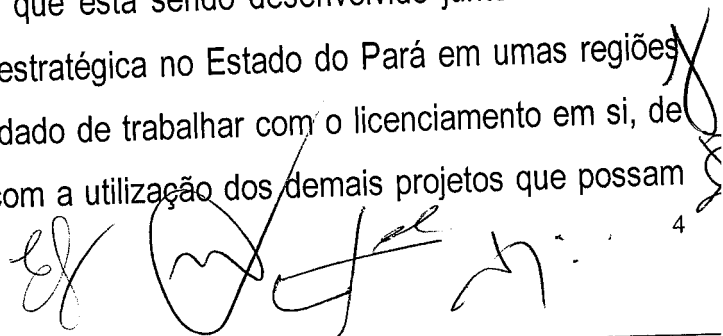
30 influência socioeconômica direta e indireta com a implementação do empreendimento
31 considerando os impactos positivos e negativos, das comunidades situadas ao entorno da
32 via de acesso como a Comunidade de Campo Verde, São Raimundo do Tauá, localizadas
33 nas margens do Km 30 e Comunidade de "Santarémzinho" localizada no entorno do
34 terreno da empresa, além disso, consideraram a sede da comunidade de Rurópolis que irá
35 receber os retornos e também atratividade de emprego, assim como também Itaituba e
36 Miritituba que forneceriam serviços ao empreendimento, chegando em dois itens principais
37 do estudo que seria a importância e magnitude do impacto, foram portanto identificados, a
38 partir da notificação da SEMAS da necessidade de realizar-se uma avaliação combinada
39 dos impactos cumulativos e sinérgicos, um conjunto de fatores geradores de impacto,
40 seriam, supressão de vegetação, execução de terraplanagem, movimentação e operação
41 de veículos e equipamentos, relacionados a geração de poeira e resíduos, mobilização de
42 mão de obra em um aspecto positivos, geração emprego e renda, aquecimento da
43 economia, implantação de estruturas portuárias e adjacentes, relacionada a interferência
44 na navegabilidade das pequenas embarcações e desenvolvimento de atividade pesqueira,
45 utilização de vias de acesso uma vez que todos os empreendimentos na região de
46 "Santarémzinho" chegaram na mesma rota, BR 163, utilização de rotas de navegação,
47 construção e operação nos canteiros de obra e por operação nas estações de transporte
48 de carga. E explica que as medidas a serem realizadas para mitigação dos impactos
49 devem ser realizadas em conjunto com outros empreendimentos instalados na região. A
50 partir da definição dos impactos e das medidas foram feitos um conjunto de programas e
51 planos ambientais. Afirmou que se forem colocadas em prática todas as medidas avaliadas
52 o projeto é totalmente viável e finalizou sua apresentação. **O presidente, Dr. Luiz**
53 **Fernandes Rocha**, após ouvir as considerações da empresa, colocou a pauta para debate
54 com o conselho, que teve início com uma interrogação do Conselheiro **José Maria**
55 **Mendonça- FIEPA**, a respeito do prazo de solicitação da licença para o empreendimento,
56 respondido por representante da empresa que entrou com o pedido em outubro do ano de
57 2013. E constatou que a morosidade no tramite do processo está impedindo o progresso
58 da região, que devido aos entraves no desenvolvimento estão desconectados de um

ek   2

59 mundo globalizado. **Dr. José Leal** também se manifestou a respeito, primeiramente
60 alegando a falta da reunião prévia com a finalidade de sanar dúvidas que possam surgir
61 com a apresentação do caso, a fim de um maior esclarecimento, abordou a necessidade
62 de um trabalho detalhado na área de Miritituba, a qual é rica em Calcário e formação de
63 cavernas, cujo a, movimentação e sinérgica dos impactos poderá provocar possíveis
64 rebaixamentos de terrenos, por fim solicitou vistas do processo, pois ao analisar as
65 questões sobre responsabilidades, as ARTs e o relatório do CREA, foi verificado que um
66 dos autores não apresentou sua anotação de responsabilidade, sendo preciso que haja
67 esse cuidado, e que gostaria que essa deficiência fosse sanada antes da retomada do
68 projeto. Pediu ao presidente que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
69 Sustentabilidade reforce no protocolo que não recepcione processos, os quais, não
70 apresentam todos os autores relacionados com as suas respectivas anotações de
71 responsabilidade técnica, pois é preciso salvaguardar o futuro. E solicitou informações de
72 como foram feitas as avaliações sinérgicas dos impactos não somente no terreno de
73 instalação como também no acesso, por onde passarão uma grande quantidade de
74 carretas e caminhões. Com a palavra **Dr. Vilson Schuber** afirma em seguida que as
75 indagações feitas pelo Dr. José Leal estão contempladas na análise exposta e por meio de
76 uma das condicionantes e pondera a respeito da sua compartilhada preocupação com a
77 questão das Cavernas situadas na localidade e sobre as condições das estradas devido ao
78 alto índice pluviométrico da região, onde existe uma dificuldade de tráfego. **Dr. Leal** retoma
79 a palavra em direito de resposta, alegando que a sua formação é como Geólogo e,
80 portanto suas indagações são legítimas, e aborda novamente sua preocupação em relação
81 a mancha de calcário que atinge esses municípios e as cavernas formadas que chegam
82 até vinte e cinco metros de espessura, podendo haver reais desastres com a alteração do
83 meio sem a devida cautela, sendo de grande importância a realização de um estudo
84 geofísico. **Dr. Eduardo Araújo** comunica que a Bertolini procurou a SEDEME, propondo
85 uma verticalização da região e no dia da reunião foi publicado no diário oficial um acordo
86 entre o Governo do Estado e a Empresa para a construção de dois estaleiros de reforma
87 naval na região do Tapajós, somado a construção de um Porto na região do Rio Capim de

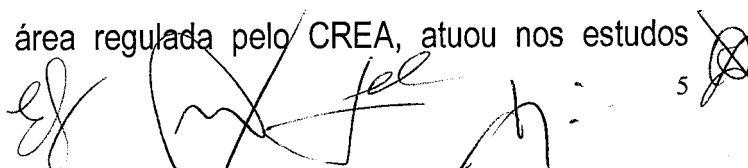
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Leal' and other smaller initials.

88 importância regional. A palavra é passada ao **Dr. José Carlos**, após a manifestação do
89 pedido de vistas do Ministério Público, devido a sua insatisfação no que se trata dos
90 impactos sinérgicos, citando a situação dos caminhões parados na BR 163 e a sua
91 experiência viajando de carro de Santarém até Itaituba, onde presenciou em postos e
92 registrou por meio de fotografias, o revoltante cenário de prostituição instaurado, cobra,
93 sendo assim, a efetuação de um estudo qualificado dos impactos sinérgicos, pois até o
94 momento se mostravam não condizentes a realidade. **Dr. José Maria Mendonça** se
95 manifesta dizendo estar assustado, afirmando que o estudo sinérgico deve ser realizado
96 pelo Governo, não sendo o empresário responsável por arcar com tudo e que da forma
97 como está sendo tratada a questão o Conselho não chegará a lugar nenhum. **Dr. José**
98 **Leal** diz que se trata de um exagero feito pelo **Dr. José Maria Mendonça**, pois o conselho
99 em nenhum momento apontou que a empresa deve arcar com tudo, e defende que o
100 Governo deve assumir suas parcelas, o estudo geofísico é imperioso e cabe ao
101 empreendimento apresentar esta informação para poder edificar seu projeto. E a questão
102 da sinergia foi admitida pelo **Felipe Lavorato**, portanto, isso tudo não é trabalho do governo,
103 a responsabilidade recai para quem quer empreender. **Dr. Vilson Schuber** pontua uma
104 inovação advinda do projeto apresentado, o Alivio do Porto de Barcarena e a economia que
105 tal fato trará para a região. O Presidente informa a importância de ser discutido de forma
106 previa o projeto para uma melhor avaliação. **Dr. Thales Bello** ressalta que se trata de um
107 processo muito denso por conta de se tratar de meios que envolvem físico, bióticos e
108 socioeconômicos, mas a equipe teve o cuidado, devido isso ser uma tratativa em âmbito de
109 governo, de solicitar um capítulo específico que trate de sinergia e pluralidade de impacto
110 que foi apresentado de maneira breve por parte da empresa, só que existe também a
111 exigência por parte da SEMAS do PCA- Plano de Controle Ambiental, integrado que
112 envolva sinergia e a proposta é que não envolva somente Miritituba, mas envolva também
113 Santarémzinho, além de todo o trabalho que está sendo desenvolvido junto ao Instituto
114 Dialog que envolve avaliação ambiental estratégica no Estado do Pará em umas regiões
115 identificadas. Então a SEMAS teve o cuidado de trabalhar com o licenciamento em si, de
116 forma individualizada pelo projeto, mas com a utilização dos demais projetos que possam

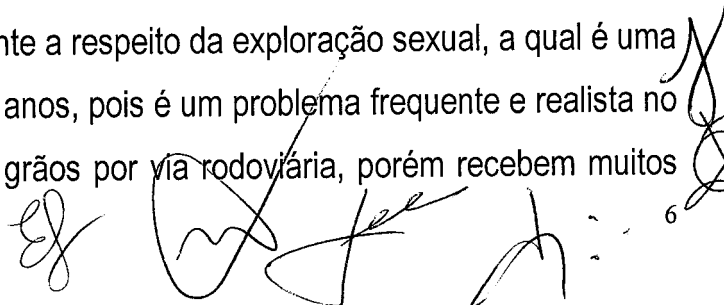


4

117 ter sinergia e cumulatividade de impacto, de uma forma mais abrangente com o PCA
118 específico e trabalho macro desenvolvido. Contou também sobre as Anotações de
119 Responsabilidade Técnica que são exigências da equipe responsável pelo projeto e diz
120 também que é interesse sim do órgão que tenham projetos que ingressem de forma
121 assegurada tecnicamente, mas que no protocolo de entrada seja feita a verificação das
122 ARTs imediata é inviável, pois essas constam nos anexos dos projetos que a empresa
123 apresenta, então é de responsabilidade do técnico analista, pois o protocolo não tem como
124 abrir cada projeto que adentra ali para verificar no anexo se a ART está compondo, porém
125 no check list demonstra obrigatoriedade que os projetos devem possuir acoplados as suas
126 ARTs, mas é um trabalho de crivo de análise técnica. Em relação as cavidades naturais,
127 para esse projeto específico, tem uma condicionante voltada a esta análise e também foi
128 algo exigido no PCA integrado, condicionante de número trinta e seis, pois o PCA tem essa
129 conotativa de exigência. **Thiago Valente Novaes – Ideflorbio** diz que gostaria de registrar
130 e parabenizar o parecer elaborado pela SEMAS que foi extremamente robusto e detalhado,
131 que conseguiu alcançar os temas discutidos na presente reunião e o nível de
132 esclarecimento proporcionado por ele em relação a análise técnica principalmente sobre os
133 estudos de impacto. **O representante da empresa** se manifestou em resposta aos pontos
134 levantados afirmando que em relação as cavidades naturais, todo estudo de impacto
135 ambiental um dos itens de diagnóstico do meio físico, é o potencial sedimentar, nessa fase
136 do projeto fazem o encaminhamento na área e a consulta a base de dados nacionais do
137 Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV, então em um primeiro
138 momento não verificou-se a presença de cavidades, no entanto, a SEMAS solicitou que
139 naquelas áreas houvesse um levantamento mais detalhado sobre a presença de
140 cavidades; outro ponto a ser esclarecido, foi a questão do PCA integrado na região de
141 Miritituba, onde há medidas de controle e mitigação ambiental, entre elas proposta pela
142 SEMAS, foi o estudo geofísico que também será executado na região de Santarémzinho;
143 se tratando das ARTs, a que está faltando é do Dr. Wagner Veiga registrado formalmente
144 no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA porém não atuou dentro do
145 estudo de impacto ambiental em uma área regulada pelo CREA, atuou nos estudos

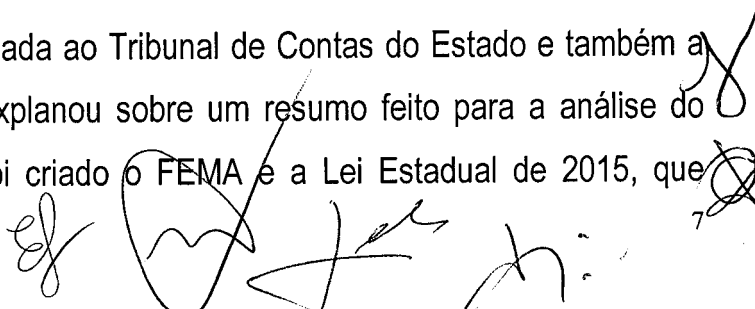
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

146 arqueológicos, ele é um profissional cadastrado junto ao IPHAM, órgão que possui
147 competência para fiscalizar atuação na área da arqueologia, por esse motivo ele não
148 poderia emitir a ART junto ao CREA para a atividade específica que ele executou; no que
149 tange análise sinérgica dos impactos foi trabalhado conforme orientação do órgão
150 ambiental que foi uma análise dos estudos cumulativos e sinérgicos da implantação da
151 ETC Rurópolis com outros empreendimentos previstos pra região de Santarémzinho e
152 outros empreendimentos já existentes na região de Miritituba da mesma tipologia, ou seja,
153 foi feita a análise considerando que outras estações de transbordo de carga fossem
154 instaladas na região e que já estão operando inclusive atualmente, uma das conclusões
155 desse estudo é a necessidade de que essas medidas de controle ambiental, não seja
156 executada individualmente por cada empreendedor, portanto está contemplado no estudo
157 sinérgico a totalidade dos empreendimentos que irão ser instalados na região; a questão
158 mais ampla da BR 163, os empreendedores tem todo o interesse de contribuir para o
159 estudo, mas não podem ser responsabilizados por que isso faz parte do planejamento
160 socioeconômico e ambiental que é de competência do estado, então foi apresentado um
161 estudo de cumulatividade e sinergismo baseado na solicitação da SEMAS e esta disposto
162 a contribuir para que o Estado atinja o seu objetivo, mas dentro da responsabilidade que
163 lhe cabe, pois o empreendedor não pode atuar no papel de Estado. **Dr. José Leal** abre
164 novamente o questionamento, afirmando que o mapeamento geológico feito na superfície
165 não esclarece para ninguém o que pode estar ocorrendo no subsolo e pergunta para a **Dra.**
166 **Edna Corumbá- DLA SEMAS** se foi apresentado esse projeto e afirma que conversou com
167 a geóloga Karla, a qual solicitou um mapeamento de ofício. **O Presidente, Dr. Luiz**
168 **Fernandes Rocha** sugeriu que se tratando do **Dr. José Leal** ser um especialista na área
169 encaminhe uma redação abordando todos os pontos sugeridos, no entanto ficou resolvido
170 que este se encontrará com a **Dr. Edna** para elaborarem tais questões. **Outro**
171 **representante da empresa Transportes Bertolini Ltda**, solicitou a palavra para comentar
172 a fala de alguns conselheiros, primeiramente a respeito da exploração sexual, a qual é uma
173 preocupação da empresa a mais de trinta anos, pois é um problema frequente e realista no
174 Brasil, em Miritituba ele não transportam grãos por via rodoviária, porém recebem muitos

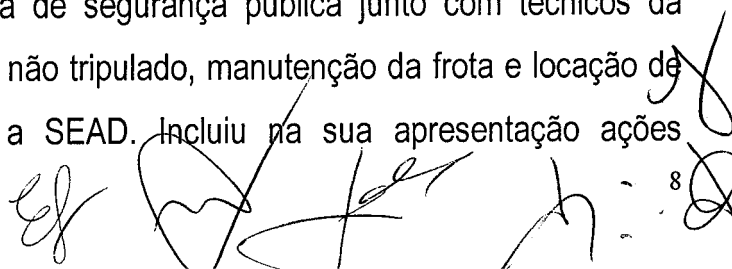


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.

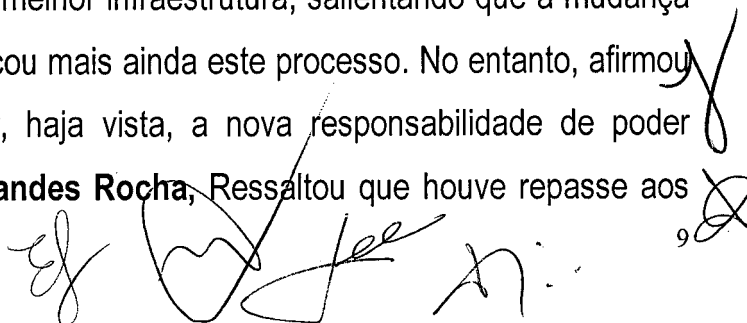
175 caminhões então são corresponsáveis caso algo do gênero vier a acontecer na região, é
176 uma preocupação do Estado não só no momento da reunião, mas isto já foi abordado em
177 outros encontros dentro da Secretaria, dentro do Ministério Público Estadual, mas a
178 empresa possui um projeto chamado Parceiros pela Vida, desenvolvido em várias regiões
179 do Brasil e uma parte desse ocorre na região de Miritituba e gostariam de apresentar
180 posteriormente este projeto ao Conselheiro José Carlos que trouxe a questão a debate,
181 bem como gostaria que o Doutor lhe enviasse os registros dessas ocorrências, pois se
182 eram caminhões da Bertolini, a responsabilidade também é da Bertolini. Outro ponto é a
183 questão da inovação, porque quando afirmam que trarão cargas do distrito industrial por
184 Miritituba de fato é uma inovação, pois nunca foi proposto por outra empresa, e acha que
185 se trata da única alternativa para combater o transporte de cabotagem- sai de Santos, vai a
186 Manaus, pega as cargas do distrito industrial e volta para Santos- não gerando captação de
187 impostos para o Estado, pois não para em nenhum posto de fronteira. **O Presidente, Dr.**
188 **Luiz Fernandes Rocha** diz que a substituição é uma real preocupação da Secretaria e irá
189 ocorrer a instalação de uma unidade da SEMAS na região de Itaituba para a realização de
190 um melhor monitoramento, e informa que como ocorreu o pedido de vistas do **Dr. Nilton**
191 **Gurjão**, representante do Ministério Público, achou interessante estender o debate até
192 para aproveitar a equipe de apresentação do projeto, comunica que o prazo para as vistas
193 vai até o dia vinte e dois do mês de março, pois dia vinte e oito será marcada a próxima
194 reunião do COEMA, no dia vinte e quatro poderá haver um encontro na Secretaria com os
195 representantes da empresa. Seguindo a pauta, **o Secretário Adjunto de Gestão e**
196 **Administração da SEMAS Dr. Cláudio Lima** apresentou a prestação de contas do Fundo
197 Estadual do Meio Ambiente, em detrimento de uma das atribuições da Secretaria Adjunta
198 ser a execução orçamentária financeira e prestação de contas, iniciou apresentando os
199 demais servidores da COFIN presentes na reunião, mencionou que realizando uma
200 pesquisa no COEMA, constatou que desde dois mil e treze não era realizada essa
201 prestação de contas, que já foi direcionada ao Tribunal de Contas do Estado e também a
202 Auditoria Geral do Estado, portanto, explanou sobre um resumo feito para a análise do
203 Conselho, mencionou que em 1995 foi criado o FEMA e a Lei Estadual de 2015, que



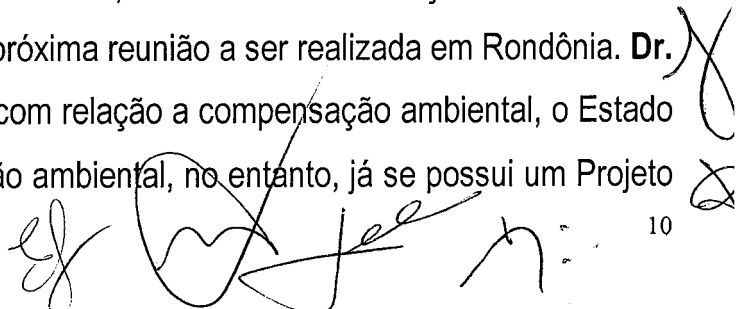
204 reformulou a Secretária e dentro dessa lei está citado que o FEMA, afirmou que o mesmo
205 possui natureza contábil autônoma e constitui unidade orçamentária vinculada a SEMAS,
206 ou seja, a Secretaria executa o orçamento em duas fontes, a própria – fonte do tesouro- e
207 a fonte do FEMA – arrecadação da secretaria-, tem como objetivo financiar planos,
208 projetos, programas, pesquisas e tecnologias que visem o uso racional e sustentável de
209 recursos naturais, bem como implementação de ações voltadas ao controle, a fiscalização,
210 defesa e a recuperação do meio ambiente e prestação anual de contas ao COEMA. O
211 Orçamento dentro da Lei Orçamentaria Anual é destinado as ações e aos programas
212 apresentados na projeção, escolhidos por reunião com técnicos na SEMAS, Programa
213 Governança para Resultados, Manutenção da Gestão e o mais finalista de questões
214 ligadas diretamente ao meio ambiente. Em 2017 está previsto o orçamento de setenta e
215 um milhões, 60% recursos do tesouro, o FEMA entra com 38% e 1% de Convênios, sendo
216 destinados 51,64% para o pessoal, 29 milhões para outras despesas de custeio como a
217 manutenção da máquina, diárias, locação de veículos, manutenção de equipamento,
218 segurança, e investimento totalizam 6,5%, essa é a previsão dos gastos para 2017.
219 Apresentou também ações de 2016 que trarão efeitos em 2017, como a reforma e
220 adaptação da Sede, para abrigar os setores que estavam localizados no prédio da
221 Tamoios, gerando uma grande economia, houve reforma nas sedes regionais para dar
222 melhores condições de trabalho ao servidor, irá inaugurar a sede regional em Itaituba,
223 inauguração do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental, contratação de empresa
224 para manutenção de sistemas e instalação de fibra nas regionais para melhorar a
225 comunicação, auxiliando no sistema de teleconferências, houve também investimentos em
226 digitalização, scanners, fragmentadores de papel, com o objetivo de futuramente o
227 processo já entre em sua forma digital na secretaria e facilitar a análise técnica e
228 procedimental, contrato de transporte de madeira e desmontagem de serraria, locação de
229 embarcações, convênio com o Grupamento aéreo de Segurança Pública da SEGUP de
230 forma a capacitar servidores do sistema de segurança pública junto com técnicos da
231 SEMAS para operação do veículo aéreo, não tripulado, manutenção da frota e locação de
232 impressoras por via de licitação com a SEAD. Incluiu na sua apresentação ações

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.

233 comparativas entre 2015 e 2016, como apreensões em 2016 foram 296 contra 179
234 efetuadas em 2015, autuações em 2016 foram 1093 contra 783 em 2015 e mais eficiência
235 nas operações realizadas ficando mais tempo em campo. Em 2016 a receita do FEMA foi
236 de vinte e dois milhões, havia um superávit de 2015 para 2016 de dezenove milhões, então
237 em 2016 foi trabalhado com quarenta e um milhões, sendo o repasse mensal de um milhão
238 e quatrocentos. Explanando a respeito da execução abordou que em 2016 com a fonte do
239 tesouro executou-se 67,80%, cinquenta e oito milhões, para o ano de 2017 está previsto a
240 execução de setenta e um milhões. As principais despesas são diárias, combustível,
241 material de consumo, passagem aérea, locação de veículos, os serviços de terceira pessoa
242 jurídica por ser uma valor mais alto de oito milhões, foi destacado em projeção e dividido em
243 infográfico para análise do conselho. Os recursos do FEMA são gasto mais com a parte
244 finalística 97% e 3% com a parte administrativa, em 2016 houve um superávit de vinte e
245 dois milhões que foi repassado para o ano de 2017. Finalizando sua abordagem no tópico
246 de 2015 que obteve de receita vinte e nove milhões com um saldo anterior de quarenta e
247 quatro milhões, foi trabalhado com setenta e quatro milhões, tesouro entrou com 73,52% e
248 o FEMA com 26%. Dando prosseguimento a reunião do COEMA, **o Presidente, Dr. Luiz**
249 **Fernandes Rocha**, tece alguns comentários sobre a prestação de contas dos anos de
250 2014 a 2016, pauta desta plenária. Salientou que as contas de 2012 já foram aprovadas e
251 as de 2013 estão em análise, com isso, ano que vem as constas de 2014 começarão a ser
252 analisadas sabendo-se que este processo de análise é feito por um sistema on-line do
253 Tribunal de Contas do Estado. **Sra. Márcia Leontina, Fórum dos Secretários Municipais**,
254 frisou que com relação aos investimentos, mencionando a prestação de contas, afirmou
255 que os municípios necessitam de mais repasse, ressaltou apesar do montante de Trinta e
256 três milhões investidos no Estado, em contra partida, algumas localidades ainda estão sem
257 verba, sem saber ao certo o que fazer, enfatizando a necessidade de repasse para
258 capacitação de seus agentes, para uma melhor infraestrutura, salientando que a mudança
259 brusca de prefeitos e secretários prejudicou mais ainda este processo. No entanto, afirmou
260 que em Muaná, já se trabalha melhor, haja vista, a nova responsabilidade de poder
261 Licenciar. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, Ressaltou que houve repasse aos



262 Municípios, compras de equipamentos, capacitação, todavia como dificuldade, elencou que
263 nenhum dos municípios possui quadro próprio, corroborando também a mudança do
264 governo, que mudou todos os agentes e com isso, afirma que surge a necessidade de
265 capacitar novamente todo o pessoal, ademais, falou também do sistema eletrônico de
266 licenciamento que espera ter implantado até o segundo semestre, que vai melhorar muito a
267 situação dos municípios. **Dr. Sidney Rosa**, questiona se o Fundo de Compensação
268 Ambiental, que gira em torno de Quinhentos milhões para o Estado, é outro fundo? **O**
269 **Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, respondendo o questionamento do conselheiro,
270 informa que este fundo possui uma finalidade específica que diz respeito às unidades de
271 conservação. Com relação a estes recursos, o Estado tem vindo aumentando bastante sua
272 participação nessas discussões, tanto que o próprio Estado ingressou na Justiça quanto
273 aos recursos de compensação, a exemplo de Belo Monte. O IBAMA destinou 77% destes
274 recursos para Juruema/MT existe uma única unidade e os outros 23% ficaram para o
275 Estado do Pará, e destes, de fato, apenas 10% ficaram no Estado, a decisão foi revertida e
276 ocorreu a mudança, onde se contabilizou 77% para o Estado do Pará e 23% para Juruema,
277 contudo, a ação continua por conta de que esses 77% foram destinados às Unidades de
278 Conservação Federais. Com relação a Vale por intermédio da Onça Puma, o Estado vai
279 impetrar ação em face do Governo Federal também pleiteando a compensação equivalente
280 a Trinta Milhões atualizados, desta feita, a Hidro também não repassou os Fundos, e terá
281 que pagar. No caso de Sossego, em Canaã dos Carajás, também terá que pagar pois
282 implantou um parque, no entanto, este não é reconhecido. Neste diapasão, o ministro do
283 Meio Ambiente tem apoiado muito estas iniciativas. **Dr. José Maria Mendonça**, afirma que
284 com relação ao Governo Federal, existe uma má vontade nas questões voltadas ao Pará,
285 com isso, deve-se sim, apoiar o governo, agir em conjunto, pleitear nossos direitos, exigir
286 soluções. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, assevera que esse trabalho tem sido
287 bem coordenado pelo Governador Simão Jatene, inclusive com a criação do Fórum de
288 Governadores da Amazônia Legal com a próxima reunião a ser realizada em Rondônia. **Dr.**
289 **Thiago Valente, Ideflorbio**, ressalta que com relação a compensação ambiental, o Estado
290 não possui nenhum fundo de compensação ambiental, no entanto, já se possui um Projeto



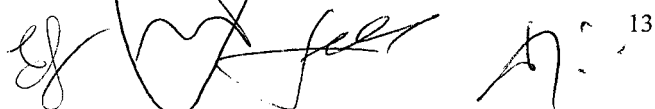
291 de Lei que dentre outras alterações, pleiteia-se a criação deste fundo, não só para dar mais
292 transparência, mas para facilitar a execução nas várias áreas da fonte de receita e de
293 despesas que hoje se baseia pelo Decreto Federal, aduz ainda, que atualmente, tem-se
294 em caixas de compensação ambiental, cerca de trinta e cinco milhões de reais, mas de
295 acordo com o mesmo, quando se faz um levantamento dessas unidades de conservação,
296 boa parte delas, não podem ter nada financiado por esse recurso, via de regra a
297 compensação ambiental é para ser aplicada em qualquer unidade de conservação e
298 proteção integral e dentro das outras modalidades apenas as que estiverem dentro do
299 relatório de estudo de impacto e diretamente afetadas pelo empreendimento, explicitando
300 como um exemplo no Estado, a APA do Rio Xingú, onde se tem o maior rebanho do
301 Estado e outras atividades produtivas, em contra partida, foi a unidade que mais sofreu
302 incidência de desmatamento na Amazônia e como agravante, não foi repassado qualquer
303 quantia a esta. Uma das questões com Bello Monte seria o financiamento do custeio de
304 monitoramento e proteção desta APA, logo, o que as vezes parece falta de gestão e
305 competência pra executar o recurso, não é, o que se percebe, é que a maior parte dos
306 projetos de criação das unidades de conservação do país são unidades de proteção
307 integral, por que no plano de fundo, são às únicas unidades que podem receber recursos
308 para financiar essas operações, por conta disto, sai muito oneroso para o Estado ou para a
309 União, tirar recursos de onde esta faltando para destinar ao custeio de uma unidade de
310 conservação, com isso, tem se iniciado a criação de unidades de proteção integral
311 simplesmente pelo fato do SNUC permitir que apenas elas recepcionem, tomando como
312 exemplo os Noventa Milhões para o Parque de Juruema, sendo estes para a regularização
313 fundiária, que corresponde ao pagamento de desapropriação de fazendas, com isso não há
314 investimento em infraestrutura ou em tecnologia, logo percebe-se que quem mais precisa
315 de investimentos são as unidades de uso sustentável, como exemplo, tem-se algumas
316 estações ecológicas recebendo bastante repasse, mas não possui demanda, por outro
317 lado, a APA dentro do Xingú, precisaria de mais repasse para equipamentos como
318 veículos, policiais, tudo podendo ser financiado pelo repasse do Fundo de Compensação
319 Ambiental. Seguindo nessa premissa, já esta sendo trabalhado o Sistema Estadual de UC,

 11

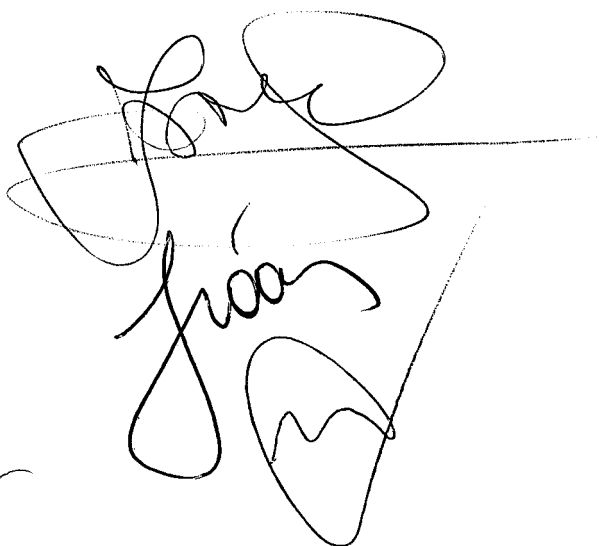
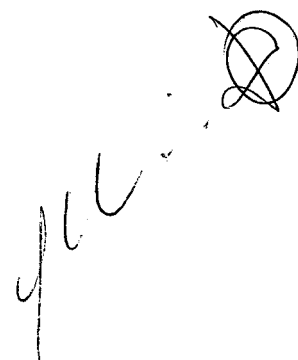
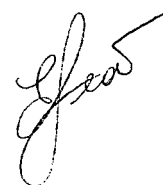
320 só que não se pode ultrapassar essa barreira, a menos que o nacional ultrapasse não se
321 pode permitir uma despesa dessa natureza se o nacional não permitir. **Dr. Sidney Rosa,**
322 afirma que está com uma PEC em Brasília que consiste em devolver para os Estados a
323 competência de legislar nas assembleias estaduais sobre meio ambiente, trânsito, que hoje
324 é de competência exclusiva do congresso nacional. De modo geral, esse saldo de trinta e
325 cinco milhões, quanto se gasta e se arrecada por ano, esse saldo é estável ou tem como
326 aumentar? **Dr. Thiago Valente, Ideflorbio,** respondendo o questionamento do conselheiro,
327 assevera que, a compensação é de acordo com a demanda do licenciamento, do estudo
328 de impacto e do eia/rima. Somado a isso, afirma que dentro da compensação ambiental,
329 tem-se tentado inovar assim como o TCU através de alguns acórdãos que é a execução
330 pelo próprio empreendedor, no entanto, aduz que existem algumas despesas com gastos
331 correntes que não tem como transferi-las aos empreendedores, com isso, está se criando
332 três mecanismos, o de pagar integralmente, o de conversar integralmente e o de pagar
333 uma parte e compensar a outra parte, de acordo com a Câmara de Compensação do
334 Estado. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha,** explicita que se necessita de quatro
335 vagas voltadas a organizações não governamentais haja vista esta composição está
336 prevista em lei e por conta de uma maior celeridade, com a proposta levada e acatada pelo
337 Governador, através de decreto, se passou ao conselho escolher as organizações a
338 compor o plenário. Pergunta-se se o conselho está de acordo com o que foi apresentado
339 até o momento e todos concordam. **José Maria Mendonça aduz** que com relação a estas
340 vagas de organizações não governamentais, solicitou que se pusesse em pauta dois
341 projetos, o primeiro diz respeito ao **Instituto Alerta Pará,** que consistia no desmatamento
342 zero, onde quando se derrubava uma árvore, se plantaria mais de uma, com seus
343 presidentes, no decorrer do projeto sendo pessoas de notório saber, com isso, uma das
344 vagas das Organizações não governamentais seja destinada a este Instituto. Outra
345 proposta foi a entrada da **Aimex** na composição. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes**
346 **Rocha,** Ressalta que ocorrerá a escolha nesta presente reunião, para que esta não se
347 prolongue muito, mas com a ressalva de que se estas organizações não preencherem os
348 requisitos necessários para compor o conselho, serão escolhidas outras associações. **Dr.**

 12

349 **Sidney Rosa**, Elenca que 76% da floresta no norte está de pé, e para que haja
350 desmatamento zero, estas precisam continuar assim, e para que se tenha um sentido
351 econômico precisa-se de indústria e manejo, logo, o setor madeireiro precisa se renovar,
352 percebe-se ainda que os três níveis de governo não se comunicavam, O Federal, Estadual
353 e o Municipal, agora sim se vê uma maior comunicação entre eles. **Dr. José Carlos**,
354 Entende algumas manifestações e se coloca a disposição para discussão sobre estas
355 ONG'S, lembrando que não se posiciona contra nenhuma delas, mas em que pese o
356 critério de se escolher associações voltadas a questão ambiental, sugerindo a instituição
357 **Ecoamazônia** para compor a plenário. **Dr. Vilson Shuber**, em razão da nova composição,
358 levando em conta a atividade que ela representa, propôs a **AMOT** como opção a compor a
359 plenário. **Dr. Thiago Valente, Ideflorbio**, Propôs o **Instituto Internacional de Educação**
360 **do Brasil** por ter uma relação muito estreita com o meio ambiente e com o
361 desenvolvimento social. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, Expôs as opções
362 elencadas que foram: o **Instituto Alerta Pará, a Aimex**, no entanto, por ser uma
363 associação de empresas não se enquadra nos critérios de escolhas das ONG'S, por consta
364 disso foi retirada, com relação a **Ecoamazônia, a AMOT e o IEB**, ficou definido que cada
365 um dos conselheiros, que apresentou a sugestão, apresente uma pesquisa sobre a
366 organização, assim como, a SEMAS também fará um levantamento para que não seja
367 levado ao governador e após a publicação do Decreto de Nomeação se perceba que não
368 poderão compor o plenário. Ao final, o conselho aprovou a entrada das quatro
369 organizações. **Dr. Vilson schuber**, Propôs o julgamento pelo plenário de dois processos
370 de sua relatoria, mas não pode ver sanado o seu pleito por não possuir quórum para tal.
371 **Dr. José Maria Mendonça**, Teceu alguns comentários sobre o aterro sanitário Revita,
372 levantando a opção de resoluções paliativas até o dia 31/05/2017 para se retirar o odor e
373 chorume, que lá se encontram, após esta data, na estação Verão, passar a dar soluções
374 definitivas. **Dr. José Carlos**, assevera que no caso do Aurá é importante exigir da
375 prefeitura que este cumpra um TAC, apresentando o projeto de remediação ambiental.
376 Outro ponto que se levantou foi no episódio ocorrido com a população do entorno do Aterro
377 Sanitário Revita, que o presente Conselheiro, juntamente com o Secretário de Meio

 13

378 Ambiente e a equipe desta Semas, tiveram nos encontros com a população, o
379 comprometimento, a paciência em ficar durante horas seguidas em negociação culminando
380 com a liberação dos portões e podendo assim retornar os serviços de coleta na cidade. **O**
381 **Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, Ressaltou o compromisso da OAB e do Ministério
382 Público nas várias reuniões e vistorias feitas no aterro sanitário, resultando na solução do
383 litígio. Lembrou que essa mobilização trabalhará com o intuito de desmobilização e
384 encerramento do aterro após ter outro espaço já todo preparado para este fim.
385 Posteriormente, **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha**, Declarou encerrada a 62ª
386 ordinária do COEMA.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read "João". The signature is written over a horizontal line and includes several loops and flourishes.A handwritten signature in black ink, possibly reading "Luiz", written in a cursive style.A smaller handwritten signature in black ink, possibly reading "João", written in a cursive style.